

Construção de um problema de pesquisa sobre o mapeamento como dispositivo

Pedro Silva Goldring Soares
Universidade Federal do Espírito Santo
pedrogoldring@hotmail.com

Gisele Girardi
Universidade Federal do Espírito Santo
gisele.girardi@ufes.br

Introdução

Este texto deriva de pensamentos, preocupações e produções circulantes no Grupo de Pesquisa CNPq POESI – Política Espacial das Imagens Cartográficas¹, vinculado à Rede Internacional de Pesquisa “Imagens, Geografias e Educação”, enfatizando questões em torno da cartografia como método (a partir da filosofia da diferença de Deleuze e Guattari) para estudar a cartografia como ciência e o mapeamento como prática humana em suas implicações na produção do pensamento sobre o espaço.

Tal caminho de estudo tem requerido de nós precisões no uso de termos, já que há uma constelação de conceitos na filosofia da diferença de Deleuze e Guattari que tomam termos homônimos do jargão geográfico, tais como terra, território, latitude, longitude, cartografia, mapa. A própria distinção sobre a que cartografia e a que mapa nos referimos é sempre necessária, sob o risco de tornar o texto, especialmente para os leitores da Geografia, ininteligível. Começamos, pois, por esboçar estas diferenças terminológicas.

De um lado temos o mapa como um objeto cultural, como uma produção humana (em geral, mas não exclusivamente, gráfica) para dar visibilidade a fatos, processos e relações do mundo humano que envolvam a espacialidade. Em conexão estreita com essa produção cultural de mapas há a cartografia como um ramo científico que se organiza *pari passu* com o desenvolvimento das relações capitalistas na Europa, no contexto que envolve as grandes navegações e o nascimento do estado moderno. Referimo-nos a estes como mapa-objeto e cartografia-ciência.

De outro lado, temos mapas e cartografia como conceitos gestados nas obras de Gilles Deleuze e de Félix Guattari. Aqui mapas se referem a conjuntos de linhas diversas funcionando ao mesmo tempo entre corpos de qualquer natureza. Os autores, ao apresentarem os princípios do rizoma lançam mão do exemplo de como a orquídea compõe um mapa com a vespa:

“A orquídea se desterritorializa, formando uma imagem, um decalque de vespa; mas a vespa se reterritorializa sobre esta imagem. A vespa se desterritorializa, no entanto, tornando-se ela mesma uma peça no aparelho de reprodução da orquídea; mas ela reterritorializa a orquídea, transportando o pólen. [...] Poder-se-ia dizer que a orquídea imita a vespa [mas] trata-se de algo completamente diferente: não mais imitação, mas captura de código, mais-valia de código, aumento de valência, verdadeiro devir, devir-vespa da orquídea, devir-orquídea da vespa, cada um destes devires assegurando a desterritorialização de um dos termos e a reterritorialização do outro, os dois devires se encadeando e se revezando segundo uma circulação de

1

Em especial as pesquisas: “Mapas e geografia contemporânea: política, poética e potência imagens cartográficas na produção de pensamentos sobre o espaço”, em desenvolvimento por Gisele Girardi (Registro PRPPG-Ufes 5902/2015) e “Estudo dos processos e dos produtos cartográficos envolvidos na regularização fundiária”, em desenvolvimento por Pedro Silva Goldring Soares no âmbito do PIBIC-Ufes 2015/2016 (Bolsista CNPq).

intensidades que empurra a desterritorialização cada vez mais longe” (DELEUZE E GUATTARI, 1995a, p. 18-19).

O mapa, neste caso, se constitui “entre” a vespa e a orquídea e o trecho acima seria a cartografia, o acompanhamento de como as diferentes linhas de vida entre a vespa e a orquídea se compõem. Há as linhas de segmentaridade dura ou molar, linhas de organização dos territórios (o território “vespa” e o território “orquídea”); há as linhas, de segmentaridade flexível ou molecular, linhas que fazem a negociação, estabilizando territórios ou colocando-os em fuga (estratégias da vespa para com a orquídea e vice-versa). E há também as linhas de fuga, linhas entre coisa, linhas que fazem fugir um mundo, fazendo com que este se desmanche, traçando um devir (devir-vespa da orquídea e devir-orquídea da vespa) (ROLNIK, 2007). As três linhas são indissociáveis, imanentes umas às outras. As linhas se compõem sempre no encontro entre dois corpos e um mapa será, portanto, o conjunto de linhas como composição de forças do encontro entre estes dois, sempre *entre*. A cartografia seria o acompanhamento das linhas, sendo assim uma operação analítica, processual. Referimo-nos a estes como mapa-conceito e cartografia-analítica.

Além de mapa e cartografia, há um terceiro termo que não tem status de conceito na filosofia da diferença e, ao mesmo tempo, é impreciso no uso comum, que é o termo “mapeamento”. Impreciso porque muitas vezes é considerado sinônimo de cartografia. Fazer mapa, fazer cartografia, mapear e cartografar são indistintamente encontrados na literatura geográfica. É também usado em campos para além da Geografia como sinônimo de visibilidade a um processo de descoberta (tal como em “mapeamento dos genes humanos”) ou como lógica não linear ou de relações complexas (como no caso de “mapeamento conceitual”).

Em partes, esta indistinção entre cartografia e mapeamento pode ser entendida como um esforço corporativo de assimilar qualquer âmbito de produção de mapas à cartografia, como garantia de existência (e sobrevivência) da própria corporação (WOOD, 2003). Para demarcar esta diferença, o autor aponta o mapeamento como um direito humano (tal como falar a língua nativa) como algo distinto de cartografia, que seria a formalização e institucionalização de um conhecimento já capturado pelo poder do Estado e da ciência, e que “confundir a história do mapeamento com a da cartografia é como confundir a história de andar com a do automóvel” (WOOD, 2003, p. 5. Tradução nossa).

O mapeamento como processo apresenta potência para exercitar a cartografia-analítica no entendimento das práticas humanas de produção de mapas-objetos como imagens que produzem pensamentos sobre espacialidades. Nesse texto, tomamos um dos projetos de pesquisa PIBIC em desenvolvimento no POESI como suporte à discussão da cartografia-analítica do mapeamento. Para tanto discutimos o mapeamento como dispositivo, tomado como processo de superdeterminação funcional em relação a elementos heterogêneos.

Mapeamento

Na concepção de linguagem cartográfica da tradição cartográfica ocidental só poderiam ser considerados mapas objetos que contivessem: o título (que fornece o tema, o tempo e o recorte espacial), a escala (que diz qual a redução em relação ao terreno), as coordenadas geográfica (paralelos e meridianos comuns e especiais, que dão latitudes e longitudes de um ponto, situando-o no sistema de referência terrestre), a legenda (que fornece o acesso semântico ao conteúdo do mapa: cores, elementos gráficos, etc.), a toponímia (que fornece os nomes e identificações de elementos e localidades constantes no mapa); a orientação (que indica a direção do norte, normalmente para utilização em deslocamentos com bússola); a fonte (que indica a origem dos dados e a autoria, que identifica os responsáveis pelas escolhas de dados, de tratamentos, de fundo-de-mapa, de esquemas gráficos, de diagramação...). Não há qualquer problema com a utilização de tais elementos. Em certas circunstâncias eles são fundamentais. A questão está na utilização deste conjunto para julgamento do que é e do que não é mapa, atitude que despreza a maior parte da produção humana

de artifícios para entendimento do espaço, ou seja, se esta é “a” linguagem, somente os textos nela constituídos seriam “textos bem escritos” ou escritos na língua maior da cartografia².

Em grande medida esta concepção deriva da matriz comunicacional como base teórica da cartografia-ciência, que estabelece que os dois campos de trabalho com o mapa-objeto são a produção e a leitura, e que a linguagem cartográfica é o conjunto de normas a serem compartilhadas entre os dois sujeitos principais destas duas esferas, o cartógrafo e o usuário, garantindo a eficácia da transmissão da informação por meio de mapas. Nos modelos clássicos de comunicação cartográfica (tal como o modelo de Kolácný – Figura 1) são consideradas estas duas esferas de atenção da cartografia-ciência: a que precede o mapa-objeto (produção) e a que sucede dele (leitura ou utilização).

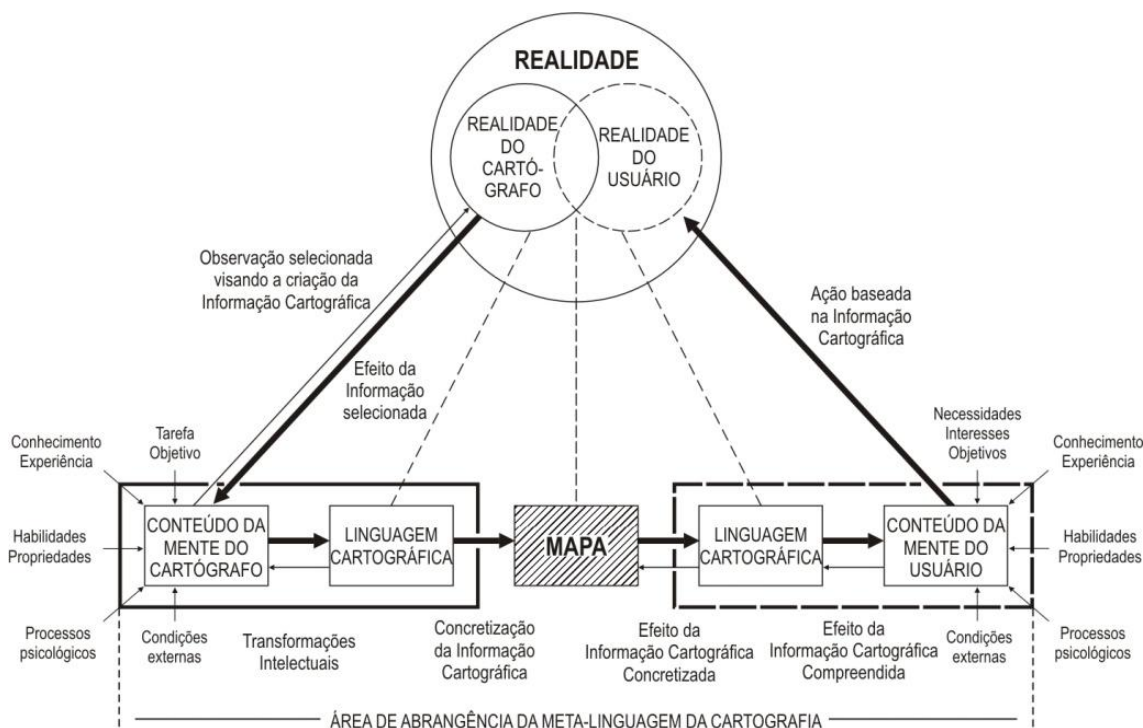


Figura 1 – Modelo de Comunicação da informação cartográfica, de A. Kolácný, publicado em 1969, em que se articulam as esferas de produção e uso do mapa e se ressalta a complexidade do processo de transmissão da informação por meio de mapas. Foi um modelo de referência na produção teórica em Cartografia, no qual se observa o “lugar” da linguagem cartográfica. Fonte: SIMIELLI (1986, p. 45).

Na medida em que se coloca “uma” versão da realidade como “o” referente, caberia então à linguagem cartográfica reconstituir uma realidade já dada, já presente, num mapa-objeto. O mapeamento seria, portanto, o processo que se encerraria na concretização da informação cartográfica, de acordo com o modelo de Kolácný. Isto define a perspectiva representacional da cartografia-ciência. Mesmo que, conforme aponta o modelo, a intersecção entre “a realidade do cartógrafo” e a “realidade do usuário” seja variável em função das características do usuário, a eficácia do mapa é medida pela maior quantidade de informação transmitida.

Crampton e Krygier (2008) situam a prática com mapas numa esfera eminentemente política, de escolhas de novos mundos e de novas sociedades. Não há, nesta perspectiva “um” referente, mas uma pluralidade de atores e possibilidades de mapeamento que produzem imaginações espaciais diversas. Em direção semelhante, Kitchin, Perkins e Dodge (2009) apontam que “nos últimos anos, tem havido um movimento no sentido de considerar a cartografia a partir de uma perspectiva relacional, tratando mapas não como representações uniformes mas como

constelações de processos em curso” (KITCHIN, PERKINS e DODGE, 2009, p.16. Tradução nossa). Em ambos os casos, o processo (o mapeamento) é tão ou mais relevante do que o produto (mapa-objeto), evanescendo os limites entre as esferas de produção e uso.

Del Casino Jr. e Hanna (2006) abordam esta questão partindo da seguinte pergunta: quando um mapa para de ser feito? Para eles, não há como determinar o momento em que os mapas cessam de ser produzidos e começam a ser consumidos ou usados, e que o pensamento do processo cartográfico por meio destes binarismos empobrece o entendimento do papel social do mapa. Os mapas, segundo estes autores, não se restringem a representações de contextos, lugares e tempos determinados, mas “são sujeitos móveis, infundidos com significados através de conjuntos de práticas socioespaciais controvertidas, complexas, intertextuais e interrelacionadas” (DEL CASINO JR. e HANNA, 2006, p.36. Tradução nossa). Chamam a atenção para o fato de que qualquer leitura de mapa atualiza-o, portanto o mapa está sempre “em mapeamento”.

Na cartografia-ciência há, portanto, uma tensão entre se considerar o mapa-objeto ou o mapeamento como elemento central. Cada uma destas possibilidades implicam em posições políticas bastante distintas. No segundo caso, em que se dá centralidade ao mapeamento e não ao mapa-objeto (sua eficiência comunicativa), pode-se operar com um método rizomático, ou seja, “analisar a linguagem efetuando um descentramento sobre outras dimensões e outros registros [já que] uma língua não se fecha sobre si mesma senão em uma função de impotência” (DELEUZE E GUATTARI, 1995a, p. 16). A discussão que fazem estes autores do livro como obra em sua relação com o mundo é bastante pertinente para pensarmos na relação do mapa-objeto com o mundo, o mapeamento:

“o livro [o mapa-objeto] não é a imagem do mundo segundo uma crença enraizada. Ele faz rizoma com o mundo, há evolução a-paralela do livro [do mapa objeto] e do mundo, o livro [o mapa objeto] assegura a desterritorialização do mundo, mas o mundo opera uma reterritorialização do livro [do mapa-objeto], que se desterritorializa por sua vez em si mesmo no mundo (se ele é disto capaz e se ele pode). O mimetismo [“mapa representa o mundo”] é um conceito muito ruim, dependente de uma lógica binária, para fenômenos de natureza inteiramente diferente” (DELEUZE E GUATTARI, 1995, p. 20, com acréscimos nossos entre colchetes).

Na busca do entendimento de como o mapa-objeto faz mapa-conceito com o mundo, isto é, fazer a cartografia-analítica do mapeamento, arriscamo-nos a pensar o mapeamento como um dispositivo. O conceito de dispositivo foi formulado por Foucault e discutido por vários filósofos, dentre os quais destacamos Deleuze e Agambem. Para Foucault o dispositivo

“está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”. (FOUCAULT, 1984, p. 246).

Este autor apresenta três “faces” do dispositivo, que nos auxilia a pensar no mapeamento como tal. A primeira destas faces seria a demarcação de

“um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 1984, p. 244).

A segunda face do dispositivo seria

“a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição

ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes” (FOUCAULT, 1984, p. 244).

Finalmente, a terceira face do dispositivo é ser “um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 1984, p. 245).

Ainda que mereça maiores investimentos e aprofundamentos analíticos, o mapeamento – prática humana que respondeu a uma urgência, que articula elementos heterogêneos discursivos e não discursivos, que variam de posição e de funções – pode ser preliminarmente entendido como dispositivo. A partir de Foucault e em diálogo com Deleuze, Agambem (2005) se refere ao dispositivo como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (Agambem, 2005, p. 13). Mapeamento pode cumprir todas estas funções, desde que entendido não somente a produção do mapa-objeto, mas a rede que constrói, utiliza e atualiza o mapa-objeto.

Kastrup e Barros (2009) apresentam outra dimensão para se pensar o dispositivo. Para estas autoras,

“O que caracteriza um dispositivo é sua capacidade de irrupção naquilo que se encontra bloqueado para a criação, é seu teor de liberdade em se desfazer dos códigos, que dão a tudo o mesmo sentido. O dispositivo tensiona, movimenta, desloca para outro lugar, provoca outros agenciamentos. Ele é feito de conexões e, ao mesmo tempo, produz outras. Tais conexões não obedecem a nenhum plano predeterminado, elas se fazem num campo de afecção onde partes podem se juntar a outras sem com isso fazer um todo” (KASTRUP e BARROS, 2009, p. 90).

Neste caso o dispositivo pode ser pensado como um elemento de clínica (um caderno, um balanço, uma casa) de desbloqueio de afetos. Na esteira deste pensamento, o mapeamento também pode ser entendido como dispositivo, tal como nas produções de mapas participativos/cartografias sociais ou automapeamento por grupos sociais como uma abertura de passagem de afetos que viabilizam, por exemplo, disputas territoriais.

Dispositivo pode então tanto pode remeter a um conjunto de forças, um sistema de forças que subjetivam, e neste sentido o mapeamento pode ser pensado na relação com a produção de imaginações espaciais, como pode se referir a um elemento que faz derivar um conjunto, e neste caso pode-se pensar o mapeamento como uma potência de deslocamento. O aprofundamento destas pistas na pesquisa é necessário, estando neste momento mais como uma intuição do que como uma construção mais acabada.

Para Deleuze (1990) não há universalidade do dispositivo, ou seja, são sempre contingentes e sua cartografia, sua analítica requer critérios que sejam imanentes ao próprio dispositivo, “segundo aquilo que detêm em 'possibilidades', em liberdade, em criatividade, sem nenhum apelo a valores transcendentais” (Deleuze, 1990, s/p). Para o mapeamento como dispositivo o “apresentar”, o “localizar” e o “orientar” podem ser pensados como critérios imanentes em suas dimensões éticas, estéticas e políticas. Apresentar, localizar e orientar beiram ao óbvio ao se falar do mapa-objeto. É necessário, no entanto, ampliar estas noções. Oliveira Jr (2011), ao se contrapor à ideia de representação, argumenta que

“o artifício (perverso) da palavra – e da ideia de – representação é tornar aquilo que é um gesto cultural (humano, político) na manifestação da realidade por si mesma. [...] Desaparece, portanto, a política, assumindo esta

última, para economia de palavras, como a esfera das negociações atuais que gestam devires para os territórios, para o espaço” (OLIVEIRA JR, 2011, p. 1-2).

Considerar “apresentação” como um dos critérios para entrada no mapeamento como dispositivo implica compreender que mundo está sendo criado por aquele processo, o que nele ganha visibilidade e o que não ganha; implica também em entender parâmetros de construção – as técnicas, os suportes, as referências culturais, bem como entender sua circulação e potências de afetação.

“Localizar” e “orientar” por seu turno, como critérios, implicam em primeiro deslocar as ideias endurecidas na e pela cartografia-ciência ocidental de localizações em um plano de coordenadas fixas, latitudes, longitudes e orientação como uma referência única de origem geomagnética, “o norte”. Tomamos de Ferraz e Nunes (2012) a ideia de deslocamento destas noções, ao afirmarem que estes são

“parâmetros de melhor compreensão dos sentidos do viver, para a construção mais consciente possível do que significa estar no mundo e que o mundo está aqui acontecendo [...] contribuindo para que cada indivíduo possa melhor se orientar e se localizar no mundo no contexto do lugar em que constrói materialmente, seja simbólica ou fisicamente, a sua existência enquanto ser consciente de seu significado socioespacial” (FERRAZ e NUNES, 2012, p. 112)

Para avançar nas discussões acerca do mapeamento como dispositivo, tomamos um dos temas em desenvolvimento nas pesquisas do POESI, em torno de um mapa-objeto produzido pelo INCRA.

Mapeamento como dispositivo: construindo um problema de pesquisa

Durante minha experiência³ estagiando no Setor de Cartografia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), me ocorreu uma série de questionamentos a respeito dos mapas realizados e regularizados pelo órgão. Embora tenha sido apenas um espectador dos processos mencionados, a situação que irei descrever informa a origem de algumas das minhas inquietações.

Uma moça, cujo pai estava assentado em uma propriedade de responsabilidade do INCRA, localizada no município de Ecoporanga no Espírito Santo, solicitou ajuda do Setor de Cartografia para conseguir identificar o local, os autores e os vestígios de uma possível irregularidade que teria acontecido no assentamento. Para ajudá-la, o técnico responsável pelo setor utilizou um mapa com a divisão dos lotes do assentamento. Este mapa-objeto apresentava (assim como na figura 2⁴) o tamanho e a distribuição geométrica das divisas dos lotes dentro do perímetro do assentamento. As estradas eram grafadas por meio de linhas vermelhas, enquanto as linhas

3

□ “Depoimento” de Pedro Goldring sobre o que o afetu em seu campo de trabalho, que constituiu o embrião do projeto de PIBIC a que nos referenciamos nesse texto.

4

Na impossibilidade de incluir o mapa-objeto do INCRA, optamos por desenhar um mapa fictício, com os mesmos elementos gráficos do mapa original.

azuis significavam cursos d'água. Áreas de brejo e reserva legal eram apresentadas por meio de hachuras. Linhas tracejadas delimitavam o posicionamento dos confrontantes em relação ao assentamento. O mapa também apresentava, título, norte, legenda, projeção, datum e escala.

Contudo, esse mapa não foi suficiente para localizar o fenômeno desejado e nem a moça possuía as informações necessárias para que o técnico o fizesse. Ela tentou descrever a região, informando que o lote procurado era próximo a uma ponte que atravessava uma área alagada. Essas informações serviram de pistas para o técnico se orientar, embora não fossem suficientes, pois, o mapa apresentava várias áreas com presença de brejos. A moça dizia para ele procurar próximo ao lote de “fulano e ciclano”, enquanto o mesmo retrucava, explicando que não adiantaria essas informações nesse tipo de mapa, pois a divisão se dá por números e não pelos nomes dos assentados. A discussão se estendeu. Eles buscavam um denominador comum, - capaz de localizar os fenômenos dentro do mapa oficial do assentamento. Tentaram identificar a estrada que passava próximo, descrevendo suas nuances e direções, mas não obtiveram qualquer progresso. Depois de muitas tentativas, a moça demonstrou toda sua frustração ao comentar: “desculpe, mas eu preciso dizer uma coisa, esse mapa que vocês fazem é uma merda, não serve para nada!”. O técnico rebateu, argumentando que não era o objetivo do mapa representar aqueles elementos da qual ela sentira falta. Uma alternativa encontrada pelo servidor, foi abrir o mapa junto com a ortofoto da região. Desta forma, teve-se uma perspectiva de outros elementos que poderiam auxiliar na identificação do fenômeno. Mesmo assim houve dificuldade em encontrar o lugar. A identificação só tornou-se possível porque o técnico já havia visitado o assentamento anteriormente. Ela citou a presença de uma escola na área, ele lembrou de características do local, e através delas conseguiu localizar a escola na ortofoto. Consequentemente, ela conseguiu a informação que procurava, mas fez questão de questionar o mapa uma vez mais antes de sair, sugerindo que o INCRA revisse sua cartografia.

Os desdobramentos dessa discussão fomentaram produziram uma série de questionamentos. Afinal, para quem servem os mapas do INCRA? Essas questões ressoaram, principalmente, no contexto das discussões que vinham sendo desenvolvidas à época na disciplina de Cartografia Geográfica II⁵. A problematização que faço hoje é mais complexa, pois percebo os produtos cartográficos do INCRA como efeitos de processos e relações que precisam ser acompanhados para que possamos pensar as configurações de forças que os constituem. Me interessa, especialmente, pensar que tipo de conhecimentos, de interesses e de desejos, e de que grupos sociais, são considerados na sua composição, assim

⁵ Disciplina obrigatória dos currículos de Licenciatura e de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, cursada em 2014/2.

como que tipos de saberes, de modos de fazer, de interesses e de desejos, e de que grupos sociais ficam de fora, ou seja são excluídos do que é tomado como relevante, legítimo, necessário e verdadeiro.

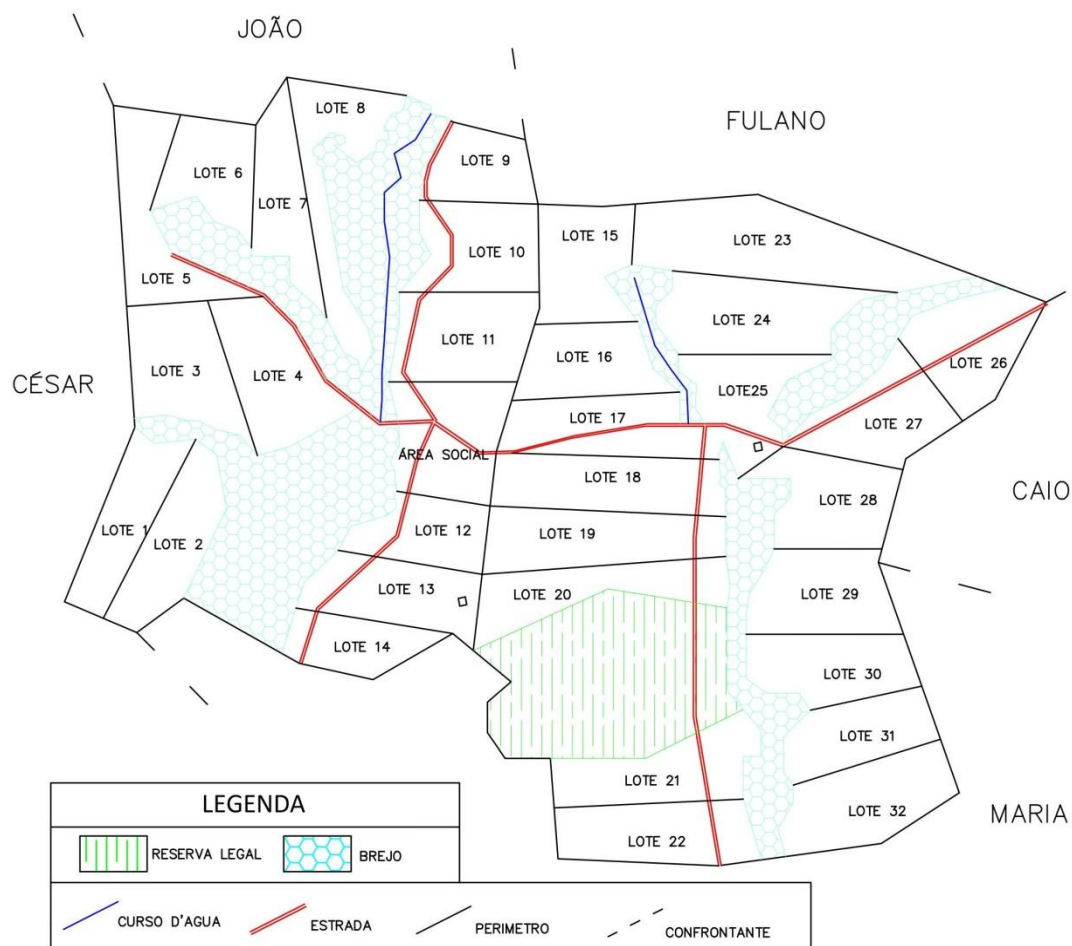


Figura 2 – Esboço fictício do mapa-objeto, descrito no depoimento de Pedro Goldring.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 e tem como discurso central a implementação da reforma agrária e o ordenamento fundiário nacional. Nesse contexto, a cartografia se apresenta como ferramenta de grande importância para o órgão e, conseqüentemente, para o Estado, que através dele buscará exercer o controle do espaço agrário, ou seja, dos processos de desterritorialização/territorialização engendrados em meio a diferentes relações de poder.

Haesbaert ressalta que a implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa explícita duas características básicas do território:

“Em primeiro lugar, seu caráter político no jogo entre macropoderes políticos institucionalizados e os dos micropoderes, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões”. (HAESBAERT, 2004, p. 76),

Como parte dos procedimentos postos pela macropolítica do Estado, os proprietários rurais

titulados em cartório devem solicitar junto ao INCRA o Certificado de Imóveis Rurais, estabelecido na Lei 10.267/01, como descrito na página do órgão na internet. Esse certificado corresponde a uma planta georreferenciada do imóvel que deve ser elaborada levando em consideração as normas e os métodos estabelecidos oficialmente pelo INCRA. Para isso, o proprietário deve adquirir os serviços de profissionais credenciados pelo Conselho Regional de Engenharia Agronomia (CREA), conforme o escrito na norma técnica para georreferenciamento de imóveis rurais (INCRA, 2013).

Nesse contexto, e conforme as exigências do órgão, temos presenciado a desativação do trabalho antes executado não necessariamente por profissionais credenciados, pois, como comenta Wood (2003), a normatização do trabalho do cartógrafo e o credenciamento de profissionais tidos como habilitados impedem que todos aqueles, que com a medida passaram a ser considerados “não profissionais”, possam fazer seu próprio mapa. Profissionais credenciados, e segundo o autor por esse motivo mais fortes, “se organizam para prevenir a prática de seus mistérios por estranhos, induzindo legislaturas a aprovar leis de licenciamento, enquanto profissões mais fracas se contentam com programas de certificações” (WOOD, 2003, p.2. Tradução nossa.).

A profissionalização se apóia na formação técnica e/ou acadêmica baseada na crença em métodos de produção de conhecimentos que se afirmam como neutros e imparciais e que foram legitimados por uma ciência que se tornou hegemônica na modernidade. Os saberes assim criados, tentam falar em “nome do real” e produzem efeitos de verdade, ao mesmo tempo em que ocultam as incertezas, as ambiguidades e os interesses que configuram suas condições de produção.

Essa visão é ainda dominante no campo da Geografia e se expressa no pensamento de vários autores, como Joly, para quem a cartografia é a arte de produzir mapas. Para o autor, mapa é compreendido como sendo “uma representação plana, simplificada e convencional, do todo ou de parte da superfície terrestre, numa relação de similitude conveniente denominada escala” (JOLY, 2013, p. 7) capaz de descrever “uma porção do espaço geográfico com suas características qualitativas e/ou quantitativas” (JOLY, 2013, p. 9). Pensando dessa forma a ciência cartográfica seria uma busca teórica sobre as melhores formas de representar e comunicar a verdade sobre o mundo que então existiria independentemente do observador.

A perspectiva representacional da cartografia implica uma série de pressuposições que tratam, entre outras coisas, o espaço como sendo apenas uma geometria explícita, cabendo à cartografia converter esse espaço em imagens, utilizando uma série de normas e regras, cujo objetivo seria a redução dos erros. Essa concepção absoluta do que significa o espaço é explicitada por Joly (2013), quando este define espaço geográfico como sendo constituído pela superfície terrestre, compreendendo também oceanos e áreas inabitadas. O autor completa afirmando que o “espaço geográfico é concretamente percebido pelos objetos materiais, visíveis e mensuráveis que o compõem” (JOLY, 2013, p. 62). Os profissionais cartógrafos do INCRA, assim como de outros órgãos do Estado e da iniciativa privada, embasam e orientam seu trabalho por meio desta concepção de espaço.

Para Massey (2008), os mapas atuais do tipo ocidental, principalmente aqueles desenvolvidos por profissionais, dão a impressão de que o espaço é uma superfície onde os objetos se fixam, algo morto e ausente de história. Por muito tempo o espaço foi julgado como elemento residual do tempo, a ele foi atribuído características como a fixação, a imobilização, o “representável”. Para conceituar essa associação usa-se, frequentemente, e de forma simplista, o termo espacialização. “A representação é vista tomando aspectos de espacialização, na ação desta última de colocar as coisas lado a lado, de dispô-las” (MASSEY, 2008, p. 47).

Ainda acerca do pensamento ocidental, Oliveira Jr (2011) aponta que sua lógica concebe o espaço como uma sucessão de locais sobre uma superfície lisa, quebra cabeças com peças plenamente encaixáveis, uma vez que um local jamais se sobrepõe a outro. Quando pensamos o espaço como sendo apenas isso, uma superfície lisa, sua representação ganha o caráter de verdade ao gesto cultural, que busca apreender a realidade. Contudo, para Oliveira Jr (2011, p. 2): “Representação é tornar aquilo que é gesto cultural (humano, político) na manifestação da realidade

por si mesma”. Essa lógica de se pensar o espaço como “superfície lisa” não apenas legitima o discurso sobre “o que é o espaço”, mas também cria toda uma normatização científica que, pretenciosamente, busca reproduzir em uma superfície aquilo que considera ser a única versão verdadeira. Dentro desses mapas que buscam a tradução fiel do espaço, percebe-se o desaparecimento dos desejos das pessoas que criaram aquela obra num certo contexto cultural e, conseqüentemente, um esvaziamento político.

Essa relação mental/social do pensamento ocidental cristalizada em forma de mapa indica como diferentes e moventes elementos do espaço estão presos dentro de uma moldura, em que suas relações e posições podem ser calculadas e medidas. Trata-se do espaço euclidiano, o qual refere-se a todos os fenômenos passivos de serem delimitados em sua individualidade, sem incertezas ou ambigüidades. Segundo Crampton e Krygier (2008), o espaço euclidiano é componente-chave da cientificização e regularização do espaço, entretanto, sua natureza local ou contingente mostra que nem todo conhecimento pode ser “cientificizado”.

Os mapas que se limitam a medir e calcular a área através de um plano cartesiano não são capazes de alcançar as relações internas daquele local. Segundo Harvey (2012), um evento ou uma coisa situada em determinado ponto do espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe naquele recorte espacial, ou seja, existe uma história, existem uma teia de relações e memórias coletivas que habitam esse espaço e estão neles circunscritas.

Para Harvey (2012), o papel político das memórias coletivas não pode ser encerrado dentro de um espaço absoluto.

“A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicas através do tempo (do mesmo modo que minha mente absorve todo tipo de informação e estímulos externos para dar lugar a padrões estranhos de pensamento, incluindo tanto sonhos e fantasias quanto tentativas de cálculo racional)” (HARVEY, 2012, p. 12).

Por isso, compartilhamos a preocupação e o pensamento de Massey (2008), na forma como conceituamos o espaço, pois a autora argumenta que certas posições comumente aceitas, ainda que não estejam diretamente relacionadas com o espaço, repercutem no modo como o imaginamos, além de enfraquecer nossa relação política com o mundo, limitam nossa imaginação e possibilidade de criação.

Kitchin, Perkins e Dodge (2009) apontam que o espaço é constituído, dentre outras coisas, por meio de práticas de mapeamento, de forma que, os mapas não se constituem como uma reprodução do mundo, mas uma recriação dele. Para criar é preciso antes experimentar, para que possa deduzir os caminhos a seguir, “mapear é inventar um caminho e atravessá-lo para poder ler, ordenar ou representar.” (AGUIAR, 2011, p.1). Para esta autora ler ou pensar mapas também são processos em construção que nos levam a transformar criticamente essa visão de espaço. Também Pickles argumenta sobre a importância do entendimento do processo em vez do produto: “em vez de procurar como podemos mapear o objeto... [poderíamos] nos preocupar com os meios pelos quais o mapeamento e o olhar cartográfico codificaram objetos e produziram identidades” (PICKLES 2004, p. 12. Tradução nossa).

O exemplo do mapa-objeto do INCRA e o aporte da literatura acerca das instituições, dos discursos e forças, bem como acerca de diferentes modos de entender o espaço e o lugar do mapeamento neste processo de entendimento nos auxiliaram a pensar no mapeamento como dispositivos que nos dizem sobre fronteiras, propriedades e modos legitimados de apreender e de ocupar/usar os espaços. “O dispositivo é, na realidade, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações, e só enquanto tal é uma máquina de governo” (AGAMBEN, 2005, p. 15).

Nesse, sentido, há uma exigência da cartografia tradicional, adotada pelos órgãos de Estado (como o INCRA), em criar convenções que tornem o olhar rápido e conclusivo diante do mapa. As

estradas tornam-se linhas vermelhas, os rios são todos azuis, independentemente de sua característica, grossas linhas tracejadas anunciam as divisas municipais, entre outros códigos. Essa apresentação unificada do espaço e dos modos como devemos usá-la e de transitar por ela, produz efeitos de verdade e de objetividade científica. Oliveira Jr (2012, p. 9) lembra-nos “que esta é a mais potente e a menos notável educação que os mapas fortemente convencionais nos dão. Eles nos ensinam a desprezar aquilo que deu origem à informação, justamente por ter sido apresentada de maneira rápida e aparentemente inequívoca, transmitindo apenas uma utilidade prática”.

Portanto consideramos importante acompanhar esses movimentos cartográficos do INCRA, para pensar as subjetivações e os territórios que neles são construídos e modificados. Nessa perspectiva, consideramos relevante desnaturalizar os modos como os mapas do órgão são construídos, analisando que tipo de saberes e interesses são legitimados em suas composições, bem como aqueles que são ignorados nesses processos.

Considerações finais

Ao tomarmos os verbos apresentar, orientar e localizar como parâmetros para lidar com mapeamentos devemos estar preparados para ampliar possibilidades de compreensão destes gestos e obras na cultura para além dos cânones da própria cartografia-ciência. A potência deste exercício é a ampliação das possibilidades de novas abordagens para geografia contemporânea, dada sua cada vez mais difícil relação com mapas-objetos modernos bem como a aproximação da pesquisa acadêmica com a prática de mapeamento do mundo real.

Acompanhar as forças que configuram novas práticas espaciais com e de mapeamentos constitui-se como um horizonte para as investigações que temos conduzido. O entendimento do papel das linguagens imagéticas na produção de pensamentos sobre o espaço geográfico inclui compreender processos de mapeamentos que são constituídos e disseminados em formas diferentes que os produtos cartográficos controlados pela rigidez das normas técnicas, que têm a lógica cartesiana como paradigma. Mas também a análise desta produção se favorece com seu entendimento como dispositivo.

Por fim, a ênfase no mapeamento e não nas esferas de produção e uso implica em dissolver o binarismo entre estes dois termos para o mapa-objeto sempre em aberto, passível de compor com outros corpos, sempre em processo, construindo referenciais quanto ao que pode uma imagem cartográfica na produção de políticas de espacialidade.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, v. 5, p. 9-16, 2005.
- AGUIAR, Lígia Maria Brochado de. Para que serve a educação geográfica? Outras funções do mapa além da organização do espaço. **Vertentes**, v. 19, n. 1, p. 1-14, 2011.
- CRAMPTON, Jeremy. W.; KRYGIER, John. Uma introdução à Cartografia Crítica. In: ACSELRAD, Henri (Org). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro : IPPUR/UFRJ, 2008, p. 85-111.
- DEL CASINO JR., Vincent; HANNA, Stephen. Beyond the “binaries”: A methodological intervention for interrogating maps as representational practices. **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, v. 4, n.1, p. 34–56, 2006.
- DELEUZE, Gilles. Que és un dispositivo? In: BALIBAR, Etienne et al. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 155-163 (Tradução de Wanderson Flor do Nascimento, disponível em <<http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-ideos/deleuze-gilles/o-que-e-um-dispositivo>>. Acesso em 05/10/2015).

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 1. São Paulo: Ed. 34, 1995a. 96p.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Volume 2. São Paulo: Ed. 34, 1995b. 112p.
- FERRAZ, Cláudio Benito de Oliveira; NUNES, Flaviana Gasparotti. Ser professor: deformar e criar pensamentos. **Percursos** (online), v. 13, p. 94-113, 2012.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: _____. **Microfísica do poder**. 4^a. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1984. Cap. 16, p. 243-276.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.
- HARVEY, David. O espaço como uma palavra chave. **GEOgraphia**, x v.14, n. 28, p8-39, 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Norma técnica para georreferenciamento de imóveis rurais**, 3^a. ed., Brasília, 2013. Disponível em <https://sigef.incra.gov.br/static/documentos/norma_tecnica_georreferenciamento_imoveis_rurais_3ed.pdf>. Acesso em 09/05/2015
- JOLY, Fernand. **A Cartografia**. 14^a. ed., Campinas: Papirus, 2013.
- KASTRUP, Virginia; BARROS, Regina Benevides de. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa - intervenção e produção de subjetividade**. Porto alegre: Sulina, 2009. p. 76-91.
- KITCHIN, Rob; PERKINS, Chris; DODGE, Martin. Thinking about maps. In: ____ (Orgs.). **Rethinking maps**. New York: Routledge, 2009. Cap. 1, p. 1-25.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço – uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- OLIVEIRA JR., W. M. de. A educação visual dos mapas. **Revista Geográfica de América Central** (online), v. 2, p. 1-16, 2011.
- OLIVEIRA JR., Wenceslao Machado de. Mapas em Deriva: imaginação e cartografia escolar. **Geografares** (online), n°12, p.01-49, 2012 .
- PICKLES, John. **A history of spaces**. Cartographic reason, mapping and the geo-coded world. London - New York: Routledge, 2004.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Sulina, 2007. 248 p.
- SIMIELLI, M. E. R. **O mapa como meio de comunicação: implicações no ensino da geografia do 1º grau**. 1986, 205f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- WOOD, D. Cartography is Dead (Thank God!). **Cartographic Perspectives**, n. 45, p. 4-7, 2003.